



**XI CONGRESSO DA SOCIEDADE PAULISTA DE
PARASITOLOGIA**
“Parasitologia Translacional: Da Pesquisa Básica a Saúde Pública”
10 a 12 de abril de 2026 – São Paulo (SP)

**CISTICERCOSE HUMANA E SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL:
PANORAMA DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS (2012–2024)**

Luciene Costa Lima Rodrigues¹; Luís Henrique Féres Junqueira Filho¹; Daniel Barreto de Oliveira¹; Vanessa da Silva Ribeiro¹; Pedro Tadao Hamamoto Filho²;
Henrique Tomaz Gonzaga^{1,*}

1. Laboratório de Diagnóstico de Parasitoses, Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, Brasil.

2. Departamento de Neurociências e Saúde Mental, Faculdade de Medicina, Universidade Estadual Paulista, Botucatu – SP, Brasil.

*Autor correspondente: gonzaga.ht@ufu.br

A cisticercose humana, infecção causada pela fase larval de *Taenia solium*, integra o grupo das doenças tropicais negligenciadas e ainda representa importante desafio para a saúde pública brasileira, apesar de não constar na lista nacional de agravos de notificação compulsória. Diante dessa lacuna na vigilância, o uso de bases administrativas surge como alternativa para dimensionar seus efeitos sociais e econômicos. O presente estudo teve como objetivo descrever o perfil sociodemográfico, ocupacional e previdenciário dos benefícios concedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a indivíduos com diagnóstico de cisticercose (CID-10 B69), entre janeiro de 2012 e dezembro de 2024. Realizou-se estudo transversal, de caráter descritivo, a partir de dados públicos. Foram examinadas as seguintes variáveis: tipo de benefício, sexo, faixa etária, categoria de clientela (urbana ou rural), modalidade de filiação, unidade federativa de concessão e Renda Mensal Inicial (RMI). O processamento e a organização dos dados foram conduzidos em Python e R, aplicando-se estatística descritiva e teste do qui-quadrado para verificação de associações ($p < 0,05$). No período analisado, registraram-se 2.313 benefícios relacionados à cisticercose. O Auxílio por Incapacidade Temporária (Auxílio-Doença) correspondeu à maioria das concessões (83,33%), seguido da Aposentadoria por Incapacidade Permanente (8,43%). Quase metade dos benefícios apresentou RMI equivalente a um salário mínimo (47,42%). Observou-se predominância do sexo masculino (63,20%; $p < 0,05$) e de segurados da clientela urbana (82,60%; $p < 0,05$). As faixas etárias de 41 a 50 anos (22,01%) e de 30 a 40 anos (18,24%) concentraram maior frequência, indicando repercussão significativa na população em idade produtiva. Geograficamente, destacaram-se São Paulo (18,29%), Minas Gerais (15,00%) e Paraná (10,51%), além da identificação de dois aglomerados espaço-temporais de alto risco com significância estatística. Os resultados evidenciam que a cisticercose produz repercussões mensuráveis na seguridade social brasileira. A predominância de casos na população em idade produtiva reforça seu impacto direto sobre a força de trabalho e a renda familiar, ampliando desigualdades e perpetuando ciclos de vulnerabilidade social. Esses dados reforçam a necessidade de estratégias integradas que articulem vigilância epidemiológica, saneamento básico e políticas intersetoriais, visando reduzir o impacto socioeconômico da doença no país.

Palavras-chave: Neurocisticercose; Previdência social; *Taenia solium*.

Apoio: CAPES, CNPq, FAPEMIG.